

Partidos políticos e (sub)representação racial e de gênero¹

Vilma Reis²

Saudações a todos e todas aqui. Eu sou do *Fórum Marielles* que ocupa esse espaço histórico, nesse momento de fortalecer as mulheres nos espaços de poder e eu quero dedicar essa noite aqui nossa, de encontro, de reflexão para duas lideranças que para mim são emblemáticas.

Primeiro, *Luiza Bairros* no Brasil que lá em 1998, e mais particularmente a partir de dois mil, ao lançar o *Projeto Raça e Democracia nas Américas*, nos desafiou a termos e botarmos em campo aberto o enfrentamento a esse debate sobre representação no Brasil e hoje aqui também eu quero destacar um trabalho em que foi o próprio *Projeto Raça e Democracia nas Américas* que juntou muitos e muitas de nós, Brasil afora e proporcionou encontros memoráveis de *Luiza Bairros* com *Sueli Carneiro*, e nesses encontros com a *Associação de Cientistas Políticos Negros* dos Estados Unidos, exatamente debatendo várias questões que nos desafiavam nesse contexto do continente e, essa segunda pessoa que eu destaco aqui, ela partiu em 26/10/2020, um pensador ganense, o *Anani Dzidzienyo*, posicionado na *Universidade de Brown*, nos Estados Unidos, e que desde 1971 nos ajudou a pensar várias questões sobre o Brasil, enquanto um negro brasilianista posicionado nos Estados Unidos.

Pois bem, ao longo desses, vamos pensar assim, últimos 40 anos, nós intelectuais e nós da esquerda negra brasileira, é importante a gente dizer que para nós chegarmos à construção do *Fórum Marielles*, para nós chegarmos às questões que nós levantamos no Brasil nos últimos 5 anos, fundamentalmente, a partir da *Marcha de Mulheres Negras*, nós fizemos uma longa caminhada para nós levantarmos questões que nos são muito caras como o jogo da representação no Brasil, muito bem aqui apresentado em números pelo companheiro professor

1 Transcrição da participação de Vilma Reis na aula do Curso de Extensão Universitária *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política* em parceria com o *Geledés Instituto da Mulher Negra* transmitida online em 27/10 e disponível em <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/440150070300619> a partir de 37'47".

2 Socióloga, professora, ativista do Movimento de Mulheres Negras, defensora de Direitos Humanos e doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos no PosAfro-UFBA.

Luiz Augusto (Campos)³, para nós termos essa realidade de uma ciência política pensada por *Luiz Augusto*, por *Clóvis Oliveira*, por uma nova geração que pisou no próprio IUPERJ⁴, onde nós termos essa geração de *Flávia Rios*, que nesse momento ao sistematizar o próprio pensamento de *Lélia Gonzalez*, essa geração nos coloca no desafio de pensar. Bom, como é que a gente sustenta alguns debates no Brasil, como garantir que haja renovação na política brasileira, estabelecer que as lide-ranças negras que construíram toda essa história recente do próprio campo pro-gressista brasileiro, possam fazer parte de um projeto democrático, já que somos nós, as mulheres negras, que fortalecemos uma ideia de democracia no Brasil? Somos nós que sofisticamos essa ideia e o nosso debate mais para dentro da ges-tão pública que é caber no orçamento público das cidades, dessas 5.571 cidades brasileiras e isso passa por algo fundamental que é gestão democrática que, em nosso entendimento, implica em controle, em um controle das ações destruidoras que o racismo nos impõe.

E esse é um momento emblemático no Brasil, com uma eleição emblemá-tica em 2016, que num contexto de quase 58 mil vereadores e vereadoras eleitas, nós tivemos uma situação de 50 mil homens eleitos e somente 7.811 mulheres. É bom a gente repetir porque chega a ser chocante, né? Nós, a sociedade brasileira, cujo eleitorado é de 52% de mulheres, e num contexto de uma população em que nós, a população negra, com todas as questões levantadas pelo movimento Negro Brasileiro de 1995, eu vou só datar assim, 1995 a 2015, a gente falando aqui de 20 anos, nós já tínhamos colocado todas as questões sobre a mesa e contestado o pro-cesso de uma democracia burguesa, porque enquanto mulheres negras, mulheres indígenas, enquanto os homens negros não puderem participar dessa conta da representação, a gente efetivamente vai continuar questionando o sistema político brasileiro. O jogo da representação está profundamente prejudicado.

Pois bem, sendo as mulheres, 52% do eleitorado, nós chegamos nas eleições de 2016 com 50 mil homens eleitos vereadores, e 7.811 mulheres eleitas vereadoras e nós chegamos naquela mesma eleição em que, na categoria pretos e pardos, num conjunto de todos esses prefeitos e prefeitas eleitas, nós tivemos uma performance de apenas 10 mulheres da categoria preta eleitas no país. Essas são questões que realmente nos mobilizaram, então quando *Andréia de Jesus* nos fez essa provocação, ao chamar um fórum estadual em Minas de mulheres que são candidatas e

3 Professor de Sociologia e Ciência Política no IESP-UERJ e Doutor em Sociologia pelo mesmo instituto. Realizou estágio doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris e estágio pós-doutoral na *Universidade de Nova Iorque* e no *Observatoire Sociologique du Changement (SciencesPo)*.

4 Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

movendo com outros grupos esta eleição de 2020, nós temos profunda esperança numa mudança na fotografia do poder, a partir dos municípios, com essa máxima de *Andréia de Jesus*, que é uma deputada estadual, dentro de um projeto que pulou de cerca de 136 projetos de candidaturas coletivas em 2016 para 328. E tem muito a ver com duas questões: empobrecimento dos movimentos sociais que mais lutam para fazer parte da representação no jogo do poder, e tem a ver também com a combinação e a necessidade de que grupos historicamente fora dessa fotografia do poder pela primeira vez consigam ter êxito, né? E é por isso que *Andréia de Jesus* fala em transformar a política em algo feito por nós e para nós, fazer dela uma política do nosso povo. O que é isso senão o nosso profundo esforço em pensarmos, nossa, como a gente garantir que grupos historicamente fora como nós temos nesse momento em Salvador pela primeira vez, uma candidata pescadora artesanal, que é *Eliete Paraguassu*, vinda de Ilha de Maré, da região das Ilhas. que nunca teve uma candidata, construída pelos movimentos sociais. Pois bem, isso aqui tem a ver com uma outra questão que a gente traz aqui com muita precisão, né? Que é a nossa luta por democracia nas chamadas linhas. E a gente tem falado em paridade racial nas linhas de poder das organizações Partidárias no Brasil.

O Brasil nesse momento tem cerca de 39 partidos e tem 35 partidos que tiveram acesso ao Fundo Eleitoral, e nesse momento, essas são eleições⁵ absolutamente diferentes, porque não tem mais financiamento das empresas, não tem mais nenhum daqueles financiamentos e aqueles modelos. Os partidos não têm o jogo da coligação no campo proporcional, então a luta nesse momento de primeiro turno em que nós elegemos as representações dos parlamentos municipais como a Câmara Municipal de São Paulo, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, todo o Recife, e o entorno, principalmente as regiões metropolitanas, mas obviamente a gente tem eleição em todos os municípios brasileiros. O único lugar nesse momento que não tem eleição é o Distrito Federal. E nós vivenciamos essa situação que é de, no campo desses partidos que tiveram acesso ao fundo eleitoral e a gente tá falando de bastante recursos, 1% de candidaturas, marcadamente candidaturas de homens, brancos, mais velhos ou do “familismo” na política e das dinastias que controlam a política por um consórcio de interesses, 80% todo o dinheiro, todo esse dinheiro público está na mão de 1%

5 Eleições Municipais de 2020 aconteceram em 15/11 e 29/11/2020, primeiro e segundo turnos respectivamente, devido a uma (PEC) nº 18/2020 aprovada pela Câmara, que alterou o calendário eleitoral em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus.

das candidaturas⁶ e, em geral, é exatamente dentro de um perfil de quem já tem mandato, de quem já tem uma caminhada. Portanto, há um processo de asfixia política, há um processo de asfixia de quase impossibilidade de nós chegarmos a esse desenho que é exatamente de alternância no poder.

Quando a gente pensa assim: “bom, mas a gente tem um sistema político que ele, aparentemente, é profundamente democrático”. Não, nós entendemos que não é um sistema democrático para as mulheres, para a população negra, pra candidaturas de mulheres negras, não é democrático para as candidaturas indígenas, não é democrático para as candidaturas LGBTQIA+, não são democráticos para as candidatas que vêm da agricultura familiar, que vêm das lutas quilombolas, que vêm da pesca artesanal, as *ialorixás* que vêm dos terreiros de candomblé. A gente está vendo as batalhas que tem em Olinda para mãe Bete de Oxum, por exemplo, que é fantástico que essas mulheres, *Luana Rayalla* na Baixada Fluminense, em São Gonçalo lutando para as mulheres à frente de mulheres negras, indígenas, amazônicas, que nesse momento fazem uma batalha, as mulheres do *Fórum Marielles* em todo o estado da Bahia, né? As Juntas de Pernambuco e a gente está vendo os processos de indeferimento que começam a acontecer dentro do próprio jogo da Justiça Eleitoral, e tudo isso envolve questões que deveriam ter sido antecipadas à própria situação de nossas candidatas e candidatos se lançarem. E fundamentalmente quando a gente pensa: o que é você construir uma candidatura no Jardins ou na Zona Leste? De São Paulo? O que é você em Guaianases ou você estar em outra região, de Higienópolis e você ter uma candidatura parida nos salões do poder das famílias quatrocentistas e não ter a outra realidade, que é não ter parentes na política, de não ter o poder de controle da máquina partidária, e nós assistirmos a toda a desigualdade.

Pois bem, nós entendemos que no Brasil, na hora da gente discutir a questão do poder, nós precisamos, antes de entrar nessa pauta, que nós do *Movimento de Mulheres Negras no Brasil*, principalmente a partir da marcha de 2015, essa marcha que a gente bota o cartaz [mostra atrás dela] que é para as pessoas verem e terem como exemplo, é importante que todas as pessoas que estão aqui nesse diálogo da *Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo*, depois busquem esses manifestos, e a gente pensar: bom, a gente está falando em paridade racial nas linhas de poder. O que é que nós temos que antecipar? Obviamente que a arguição, que a companheira e parlamentar *Benedita da Silva* fez ao TSE, o Tribunal Superior

6 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/menos-de-1-dos-candidatos-concentram-80-dos-fundos-publicos-de-campanha.shtml>

Eleitoral⁷ - o parecer do ministro Lewandowski ao decidir que não seria levado para 2022 essa questão, também tensionou e afirmou nesse momento desde aqui. Portanto a posição de um campo da esquerda que está sendo profundamente tensionado e a gente está falando das questões do Brasil que tem um quadro de representação que é o mais radicalmente branco no controle do poder nesse momento, todo chamado fronteira dos países das grandes democracias. O PSEI da Espanha criou o mecanismo para que os próprios imigrantes participassem das eleições dentro da Espanha, nós temos realidades de confronto político e que tem mudado a composição, Há uma semana venceu as eleições na Bolívia⁸, e dos 36 senadores e senadoras eleitos são 20 mulheres pela primeira vez também na história do próprio Parlamento boliviano, nós tivemos toda uma mudança e na Colômbia há uma luta de coletivas de mulheres exatamente para mudar a fotografia do poder. Na Costa Rica, a própria ascensão de *Epsy Campbell*, uma mulher que se formou no movimento feminista, economista, que transitou nesse ambiente nacional e internacional e nesse momento é vice-presidente. Nós temos outros exemplos mundo afora como o próprio exemplo de Ruanda, a partir do momento que as mulheres incidiram por fazer alterações no campo do poder a partir de 1994 quando o país sai daquele horror da guerra que se abateu no país.

Qual é a grande democracia no mundo que continua com uma fotografia absolutamente desfigurada entre o que é a sua população e o que é a representação no poder político? Nós mulheres negras no Brasil, nesse momento nós somos 2,1% na representação de poder. Portanto, nós entendemos que o Brasil precisa discutir desde esse antes que é a paridade racial nas linhas de poder dos nossos partidos, né? Então se a gente tem um sistema político em que todos os partidos que alcançaram 5% e conseguiram algum assento no Parlamento, portanto ultrapassaram a cláusula de barreira e consegue acessar o próprio fundo eleitoral. E que esses recursos você tem desde partido lá no topo como o MDB, PT e ali a gente vai descendo, PSDB, PDT, a gente tem esses partidos, você tem desde partido que alcançou 234 milhões de reais no fundo eleitoral até o partido que conseguiu só 10 milhões. Pois bem, nesse contexto nós entendemos que ou a gente divide o poder já dentro da direção partidária ou na hora de decidir para onde vai o recurso, e a gente inverter a pauta de prioridade. Você não pode continuar tendo uma pauta de poder em que aquele que já tem mandato vai receber 300 mil como a gente

7 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/tse-distribuicao-fefc-candidatos-negros>

8 Eleições Gerais da Bolívia em 18 de outubro de 2020, após dois adiamentos e que elegeu como presidente o candidato Luis Arce do *Partido Movimento pelo Socialismo* (MAS) com 55,1% dos votos.

teve esses casos na eleição de 2018 em São Paulo, e aquele e aquela que nunca teve mandato e em geral é uma mulher negra ou um homem negro, esse vai receber 5 mil reais. Isso é uma coisa muito importante nessa questão.

Outra questão é a gente olhar para o exemplo de Portugal, que garantiu a assunção de parlamentares como *Joacine Katar Moreira* no espaço de poder pela primeira vez. E o que foi o desenho ali? Prioridade na lista, a gente vai precisar de lista no Brasil. E lista baseada em equidade de raça, de gênero e como bem disse o professor *Luiz Augusto (Campos)*, a gente pensando nisso aqui que para nós é tão importante, que eu quero muito que da *Coleção Feminismos Plurais* que a companheira *Djamila (Ribeiro)* que coordena esse livrinho aqui de *Carla Akotirene Santos* sobre interseccionalidade, que são essas discriminações acumuladas, eu gostaria muito que a gente pensasse, bom, para fazer justiça no jogo da representação política, nós vamos ter que pensar, como acionar todas essas identidades não como uma questão, não porque esse debate assim que ele é periférico não, enfrentar o racismo institucional no âmbito dos partidos políticos no Brasil é uma questão decisiva pra democracia brasileira, porque sem as mulheres negras o Brasil não vai. É como a discussão do desenvolvimento que a *Marcha* e uma visão desenvolvimentista que por sinal está muito presente na cabeça de uma esquerda tradicional no Brasil e que a *Marcha de Mulheres Negras* enfrentou com precisão em 2015. Para nós o debate sobre representação e sobre desenvolvimento são debates que caminham conjuntamente, e quando a gente está dizendo que eles caminham conjuntamente, a gente está dizendo “para nós é bem viver”. Por que que é bem viver? Porque nós entendemos que no município eu quero bem partir dessa questão no município, a gente estava falando como é que desenha dentro do partido? Revolução boa, minha gente, começa em casa, então são os partidos mais progressistas, são os partidos de esquerda, os partidos de centro-esquerda que vão ter que propor as mudanças. E a primeira mudança vai ser, paridade racial. E se a gente está propondo paridade racial, a gente também precisa de paridade casada, com paridade racial e paridade de gênero.

Portanto a prioridade ao criar as listas e antes de criar as listas porque, se só for possível mudar a questão, que são questões que você tem que fazer com proposta de emenda constitucional - até houve uma reforma política aí, meia boca - só para fazer esses arranjos para poder chegar razoavelmente organizado em 2020. Então em 2019, com o prazo de um ano antes, teve alguns arranjos que tirou o financiamento privado, tirou algumas questões do meio para ir, são tentativas de chamada, melhorar o sistema político brasileiro. As mulheres negras não foram chamadas para conversar sobre essas, nem sobre essa reforma política meia boca.

Nós acreditamos na necessidade de uma reforma política no país. E para quê? Porque nós acreditamos que tem que ter lista fechada e com base em justiça racial, justiça de gênero, territorialidade, a gente superar que quando está falando de pobreza, pobreza no Brasil, tem cor e tem gênero, e quando nós falarmos também das questões regionais muito bem posicionadas aqui pelo professor *Luiz Augusto (Campos)*. Pois bem, essa é uma questão aqui do sistema político, pois a gente tem um sistema econômico, de desenvolvimento, que incide de controlar o sistema político. Então, nós temos aqui que tratar das questões que não é o desenvolvimento pelo desenvolvimento, porque se não se perde no desenvolvimentismo. Nós precisamos de questões muito, muito, muito diretas que têm a ver com, como é que vai desenvolver o quê e para quem, para chegar o quê?

Então, na política a gente precisa de metas de 30 anos e não de um imediatismo. Então, nas cidades, o que que nós queremos fazer? Primeiro, devolver as cidades para nossas populações e que envolve boa parte de nossa cidade devolver para os empobrecidos e os injustiçados, que vivem sobre a ameaça do controle dos *lobbies* da indústria do lixo, dos *lobbies* das empresas de transporte e, portanto, é por isso que nós temos essas terríveis políticas de mobilidade. E tudo isso passa antes pela possibilidade de nós debatermos gestão democrática e participativa. E para isso a gente vai ter que mudar aqui nesse sistema político e para poder a gente fazer o giro para gestão pública, por que qual é o grande esforço? Ao fim, ao cabo, onde é que nós queremos chegar? Nós sabemos que pós-pandemia, nós não vamos poder mais ter cidade sem renda básica continuada para as mulheres negras. No Norte do Brasil, para as mulheres indígenas e as mulheres negras, nós vamos ter que lutar pra zerar fila de creche, nós vamos ter que lutar pra ter planos municipais de manejo dos resíduos sólidos, porque 80% do que vai pro lixo não é lixo, nós precisamos que cidades como São Paulo, o entorno de São Paulo, toda a região metropolitana, Salvador, a região metropolitana de Salvador, Recife, que essas cidades, mas eu pego o exemplo de São Paulo, que precisa de um entendimento sobre como transformar essa cidade em mecanismo de que ela não tenha mais enchente, né? Para isso precisa de gestão democrática. A população precisa ser ouvida, a população precisa incidir sobre as políticas e aqui entra uma outra coisa, há uma visão torta de quem dirige os partidos e que são homens brancos, mais velhos, heterossexuais públicos, e que estão nesse campo aqui, de classe média e classe média alta.

Pois bem, nós entendemos que esse lugar de mando dos partidos precisa mudar, por quê? Porque é uma visão equivocada de que diversidade, e se faz uma panaceia com diversidade e as pessoas, não, a gente não é tão injusto na política, quando se faz política de diversidade numa sociedade desigual, brutalmente

racista como o Brasil, brutalmente violadora dos direitos das mulheres, no máximo a política alcança mulheres brancas. Então, nós precisamos enegrecer o serviço público bem pago no município de São Paulo. Lá em Araraquara, nós precisamos enegrecer o serviço público bem pago dos procuradores municipais e procuradoras municipais que têm que assinar as coisas e também justiça racial para dentro dos pareceres, dentro das demandas da sociedade civil nos municípios. E como é que a gente pode fazer isso se a gente não tiver mecanismo de bancas de aferição para controlar essas questões? Como é que a gente muda a realidade, por exemplo, da educação em nossos municípios, se a gente não muda radicalmente e a gente não empurra as grandes corporações que controlam o dinheiro público da educação nos municípios, tira essas grandes corporações e a gente passa a repensar as contas, as compras públicas em nossos municípios, como fez cidades como Atlanta (EUA), cidades muito parecidas com a minha, por exemplo, que é Salvador, em que aqui não se discute justiça racial nas compras públicas, mas nós sabemos que tem 40 mil pescadores e pescadoras que nós podemos tirar o veneno da merenda escolar e comprar da agricultura familiar e comprar da pesca artesanal, mas e a gente também pensar: eu vou comprar na mão de empresários, empresárias, negros e negras, eu vou tirar um pouco aqui as corporações que elas estão tão à vontade, que se pode oferecer tudo para uma criança, inclusive, a gente pode oferecer um “pó” na merenda escolar.

Pois bem, nós estamos aqui, portanto, é uma mudança de cultura política, quando a gente bota, por exemplo, a cultura no centro das políticas públicas. Eu estou falando isso de uma experiência real que nós vivemos desde 2004. A gente construiu um programa *Raça e Democracia nas Américas*, a gente formou um laboratório para formar líderes que pudessem ter um profundo entendimento da realidade. Obviamente que antes de entrar no *Raça e Democracia nas Américas*, através de *Criolo*, a organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, eu tive a possibilidade de ir pra um espaço internacional de governança e entender muitas questões de o que você pode buscar de empréstimos não reembolsáveis, o que você pode buscar de políticas para fortalecer localmente um diálogo que não é necessariamente com Governo do Estado, em que pese o esforço que nós precisamos fazer para esse pacto federativo em desdobramentos que nós precisamos mudar radicalmente a cultura, como recursos do FUNDEB e outras questões, desde as verbas carimbadas até a possibilidade da gente pensar, só nessa tríade: bom, como é a cobertura da saúde básica no meu município? A questão da educação, como é que está a situação no meu município? E o SUAS, Sistema Único de Assistência Social? E a gente está falando de um país em que só de escolas

municipais quilombolas já foram fechadas, de 2016 até aqui, mais de 620 escolas quilombolas em nossos municípios, pois o entorno todo de São Paulo, esse interiorzão todo de São Paulo tem territórios quilombolas na própria capital.

Os companheiros e companheiras que escreveram esse livro *Racismo e Violência Contra os Quilombos no Brasil*, e toda essa mobilização de *Vico Rodrigues*, de *Selma Dealdina*, de toda essa geração, *Vercilene Dias*, nosso povo que está no Conselho Pastoral de Pescadores, há uma mobilização exatamente de conter, mas quando a gente olha, bom, como é que estão as políticas sociais do meu município? Por exemplo, no meu município, poderia ter em cada uma das áreas de abrangência da cidade, que são 21 regiões, já que a fome voltou para as nossas cidades, nós poderíamos ter um restaurante popular. E restaurante popular com políticas de justiça racial e de gênero, dando prioridade para as mulheres, para a população negra, para aqueles que são historicamente empobrecidos nessa situação da pirâmide social brasileira. Pois bem, em geral você tá lidando com quadros que cada vez mais a gente precisa mexer com democracia na gestão pública municipal, para que os Conselhos de Direitos da Assistência Social, da Educação, da Saúde, da Cultura, do Meio Ambiente, o Conselho da Cidade - estou dando esses exemplos porque são emblemáticos das políticas que nós precisamos em nossas cidades -, cada vez mais a gente precisa que todos esses conselhos sejam deliberativos e respeitados como deliberativos. Portanto, que as decisões tomadas nesses conselhos não sejam de conchavo, de mansidão, de obediência ao Poder Executivo. E cada vez mais nós precisamos de um Poder Legislativo, como bem nos disse aí, nossa irmã *Tainá de Paula*, ela fez um exercíciuzinho na tela do *Instagram* dizendo para que é um vereador e uma Vereadora, cada vez mais a gente entender o papel no Parlamento Municipal que é de controle, do Poder Executivo que é de fazer as leis no município e que ao fazer essas leis não é no meio de machismo e sim em muito diálogo em uma relação real, ouvindo e fortalecendo os Conselhos de Direito, ouvindo a sociedade civil organizada, que se levanta nesse momento e que não aguenta mais o abandono de nossos bairros, tem gente que pensa, então a gente vai cumprir a Lei Maria da Penha, não, essa tarefa é do Poder Público Estadual e da Segurança Pública, nós queremos que a Lei Maria da Penha seja objeto central das administrações municipais. E nós precisamos de um Parlamento que fortaleça as suas Ouvidorias locais, seus Conselhos de Direito, exatamente para gente entender que ter creche é garantir os direitos das mulheres e das meninas.

A gente entender que como nos disse *Marielle Franco*, naqueles seus nove projetos, os nove projetos emblemáticos de *Marielle Franco*, que depois sete deles foram aprovados após o seu assassinato, que é exatamente de a gente fazer creche

noturna. E por que fazer creche noturna no município em que as mulheres negras e as mulheres, as mais empobrecidas, estão fora do jogo e que se forma um ciclo perverso. E eu vou voltar para esse debate que eu estava falando antes do esvaziamento das políticas de diversidade. Pois bem, no município que se importa com a vida das mulheres tem creche noturna, no município que se importa em assegurar o que está colocado na lei Maria da Penha, nesse município a gente vai colocar lavanderias públicas para desonerar, já que as mulheres estão empobrecidas e muitas vezes submetidas a uma chantagem econômica e diante também de tantos usos e abusos da sua vida por país e muitas vezes expostas a relacionamentos corrosivos. Elas terem as condições concretas de romper se a gente desonera a sua conta de energia elétrica, se a gente desonera a sua conta de água através de políticas públicas que coletivamente impactam dentro dos bairros, um restaurante que ela possa ir lá em busca da comida, com lavanderias públicas, com creche noturna e creche o dia todo, sem essa panaceia de municípios em que você não tem nem como a sua criança pós-creche ter direito ao contraturno, né? E com qualidade, com cultura, com atividades realmente lúdicas e que deixe crianças serem criança.

Então, essas são questões que nos custam muito, e eu gostaria rapidamente muito falar dessa panaceia que está sendo feita com a questão da política de diversidade e que os partidos precisam criar respostas. A primeira coisa é: por que investir nas candidaturas de mulheres negras? Porque nós estamos na ponta, nós somos 2,1% na representação de poder e estamos dialogando exatamente nas periferias da cidade e nesse momento a gente provou nesse país, com quarenta e seis milhões de pessoas que estavam fora do sistema bancário, com cinco milhões de pessoas que estavam sem documentação civil, nossos trabalhos comunitários foram efetivamente a barreira sanitária para conter a pandemia e nós criamos respostas políticas. Pois bem, quando a gente fala em investir nas candidaturas de mulheres negras, primeira coisa, nós não queremos o poder para nós mesmas. Nós somos o que sustenta a sociedade brasileira e somos nós que qualificamos a democracia brasileira. A outra questão é: tem um outro desafio nos municípios que nós queremos muito que as pessoas que estão interessadas na questão do parlamento municipal brasileiro se liguem. Nós temos trabalhado muito numa perspectiva, a gente entende a interseccionalidade como forma de ler os desafios que estão postos, que é a gente olhar as discriminações acumuladas, que incidem sobre nós.

A gente está vivendo o confronto que somos mulheres, negras, periféricas, de candomblé ou LGBT, de várias frentes. Por outro lado, a gente precisa que nessa

nova legislatura na Câmara Municipal de São Paulo⁹, em todos os municípios brasileiros, nós tenhamos condições de entender que as Secretarias de Políticas para as Mulheres, as Secretarias de Enfrentamento ao Racismo e as Secretarias de Desenvolvimento Social são os três lugares estratégicos. Quem pensa que as Secretarias mais importantes são de Governo, de Fazenda, nós queremos botar no mesmo patamar aqui com educação e saúde, assistência social, as Secretarias de Políticas para as Mulheres e as Secretarias de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Por quê? E já apresentando com novo desenho, nós não queremos mais Secretarias transversais, nós não queremos “ah, que vai dialogar com todos os secretários para fazer a política”, nós estamos debatendo exatamente a possibilidade desses dois lugares de fazer política serem Secretarias finalísticas. Mas é exatamente para gente dar uma virada na questão política e que vai envolver em cada município do Brasil, um outro redesenho na discussão sobre recurso, entendendo que essas três Secretarias, nós precisamos priorizá-las e garantir orçamento para elas. E quem vai para o parlamento a partir de 2021, porque vai vencer ou que está interessado em monitorar o poder das Câmaras Municipais a partir de 2021 ou já agora, é muito importante que, ao votar *Estatuto de Igualdade Racial*, a gente faça como fez na Secretaria de Igualdade Racial, na Bahia, em 2014. A gente precisa ter fundos. Nós temos problemas muito graves nos municípios e sem ter fundo a gente não consegue botar as políticas para frente. Como bem a gente tem destacado, essa questão do poder para nós passa exatamente pelo esforço que a gente tem feito do lado de fora das salas do poder, mulheres negras, comunidade LGBTQIA+, povos indígenas e todas as lutas que têm dentro do mundo negro e dentro da luta das organizações nacionais, da luta nacional das mulheres negras. Pois o nosso esforço é que muda a institucionalidade, o jogo da representação no Brasil, a partir de 2020, é exatamente possibilidade de a gente chegar com toda força nos parlamentos e no poder executivo, pós-eleição de 2020. Essas eleições mudam o Brasil!

9 18ª Legislatura escolhida pela população da cidade de São Paulo pelas Eleições de 2020.